UM PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO: A REPRESENTAÇÃO HISTORIADORA ENTRE O HISTORICISMO E O NARRATIVISMO

A HISTORIOGRAPHICAL PROBLEM REPRESENTATION: BETWEEN HISTORICISM AND THE HISTORIAN NARRATIVISM

Leonardo de Jesus Silva*
leonardosilva9@hotmail.com

RESUMO: Nos estudos da história da historiografia uma de suas grandes questões é a representação do passado pela narrativa histórica. Dois paradigmas que podem ser pensados sobre essa questão é o Historicismo do século XIX e o Narrativismo no século XX. O Historicismo apresenta uma nova atitude crítica e autônoma do pensamento histórico. O Narrativismo oriundo das reflexões em torno da linguagem apresenta uma referencialidade diferente do primeiro paradigma. O nosso objetivo é apresentar como são construídos esses dois textos e as discussões afins, juntamente com uma reflexão de Paul Ricoeur, principalmente em sua epistemologia histórica. Queremos ao final, chegar a uma noção de texto histórico que atenda a tentativa do historiador de representar o passado numa perspectiva de orientação. Procurando conciliar elementos da matriz historicista com a virada linguística.

PALAVRAS-CHAVE: representação do passado, narrativa, historicismo, narrativismo.

ABSTRACT: In studies of the history of historiography one of their major issues is the representation of the past by the historical narrative. Two paradigms that can be thought about this question is the 19TH century Historicism and the Narrativism in the 20th century. Historicism introduces a new critical attitude and historical thought unattended. The Narrativism from the reflections around the language presents a different referentiality of the first paradigm. Our goal is to present how they are built these two texts and related discussions, along with a reflection of Paul Ricoeur, mainly in their historical epistemology. We want the end, reach a sense of historical text that meets the historian's attempt to represent the past in terms of orientation. Looking for reconcile historicist array elements with the linguistic turn.

KEYWORDS: representation of past, Historicism, narrative, narrativism.

*For the original meaning of the Greek Word historia is not story, but inquiry.
And therefore, whenever narratives are characterized as "true stories",
the emphasis should be put on the adjective and not on the noun.
Chris Lorenz, (1998).*

* Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (UEG). Enviado em: 12/04/2012. Aceito em: 29/06/2012.

O que diferencia a escrita da história também é uma de suas inquietações. A referencialidade, a pretensão de verdade, são alguns dos critérios para se ter um texto histórico. Essa concepção é fruto da imagem que o leitor faz de um historiador e de seu livro de história. Sendo assim podemos entender o trabalho histórico dividido em dois momentos: o da pesquisa e o da apresentação no texto narrativo.

A tradição do pensamento histórico também considera o trabalho histórico dividido em momentos. Desde Johan Gustav Droysen com a metódica, a sistemática e a tópica (1858), a Michel de Certeau entendendo a operação histórica como resultado de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita (2002), e ainda Paul Ricoeur com as três fases da operação historiográfica, sendo a fase documental - da memória arquivada -, a fase da explicação/ compreensão e a representação historiadora (2007). O historiador alemão Jörn Rüsen, herdeiro da reflexão de Droysen, também percebe momentos quando diferencia a pesquisa e a historiografia, embora necessitem ser articuladas (2007).

Os dois últimos nos interessam a partir do nosso problema que é o de como a história representa o passado e como ela garante isso. A fase e o conceito de Paul Ricoeur, de representação historiadora e representância, será nosso foco. Em Jörn Rüsen, focalizaremos como se dá a articulação entre pesquisa e historiografia.

Antes, porém, precedendo a reflexão da representação historiadora, queremos discutir algumas teses que de certa forma marcam as representações do passado, a ponto de tornar a história, ora próxima de seu ideal de ciência, ora uma arte. Podemos nos referir, por exemplo, a Leopold von Ranke e sua passagem do relato dos acontecimentos “tais como aconteceram de fato” e a passagem de Hayden White considerando o trabalho histórico como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os (WHITE, 1995, p. 18). No primeiro, um denominado “realismo ingênuo” reclama um texto fiel ao passado, sem partidarismo, com objetividade completa. O segundo chega a considerar a história e o romance iguais no que diz respeito a narrativa, implicando uma referência textual, interpretativa.

A nossa ideia é que nas reflexões da história da historiografia dois momentos podem indicar elementos referentes àquelas operações de pesquisa e escrita da história. Com as discussões das formas desses textos podemos pensar na construção de um texto histórico que represente o passado sem se perder em um de seus extremos. As discussões em torno do historicismo e do narrativismo podem contribuir para a construção de um texto que atenda uma filosofia da pesquisa histórica e uma filosofia da narrativa histórica¹. Sendo assim, queremos perceber qual o texto de cada um desses paradigmas.

O Historicismo

O termo historicismo possui vários significados e usos¹ sendo utilizado nesse texto para indicar a consciência histórica científica do século XIX. Queremos focalizar essa análise na ideia da criação de um método para contrapor as ciências naturais a partir da especialização da ciência histórica através do pré-requisito (decerto teórico-metodológico) do estudo rigoroso das fontes (MARTINS, 2002, p. 6). A labuta do historiador no campo de pesquisa.

Numa perspectiva individualizadora colabora para a institucionalização da pesquisa histórica empírica tornando a história uma disciplina acadêmica. Deve-se tomar cuidado com as críticas do século XX que apontam um movimento historicizante e até positivista, quando na verdade se opunha a esse com ideias de compreensão e explicação própria. Uma de suas principais marcas é o seu princípio da individualidade, contra a generalização, que pode ser representado pela seguinte passagem de Leopold von Ranke:

Cada época existe em relação imediata para com Deus e seu valor não repousa sobre o que dela decorre, mas em sua própria existência, em seu próprio ser. Destarte a consideração da história, ou seja, da vida individual na história, um impulso específico, na medida em que cada época deve ser vista como algo válido em si e altamente digno de consideração (RANKE, *apud*, MARTINS, 2002, p. 16).

Essa passagem ajuda a entender a clássica definição de historicismo de Friedrich Meinecke, da substituição de uma consideração generalizadora das forças históricas por uma consideração individualizadora (MEINECKE, 1982, p. 12).

O que resultará em textos com narrativas de personagens históricos de destaque, formação de Estados, narrativas de batalhas. Sem dúvida há uma primazia do político.

As principais fontes são escritas, resultado da abertura de arquivos do século XIX. O historiador inglês Lord Acton chama esse momento como o “começo da era documental”, sendo Ranke o real criador do estudo heróico dos registros (ACTON, 1895)¹.

Outra característica do historicismo é a sua oposição às filosofias da história. Por isso também o seu enfoque na pesquisa, onde prevaleceria a objetividade e concretude do estudo do passado. Costuma-se considerar o historicismo como não teórico, aproximando de imediato ao positivismo. Sua definição de história, suas reflexões sobre o pensamento histórico aparecem mais de maneira implícita, ou em prefácios e introduções. Talvez até por receio de cair na divagação especulativa e perder o método de interpretação da fonte.

Para nossa discussão é importante perceber como alguns de seus principais representantes elaboraram suas reflexões sobre a pesquisa histórica. O historicismo não dá as costas para a apresentação, a narrativa, mas esta é entendida como a extensão do que foi feito pela pesquisa. Um desses nomes é Wilhelm von Humboldt (1767-1835), num texto de 1821 intitulado *Sobre a tarefa do historiador*. Para Humboldt a tarefa principal do historiador é a exposição do acontecimento percebendo como se dá a existência de ideias na realidade. O ofício do historiador, em sua resposta definitiva, mas também a mais simples é a exposição da aspiração de uma ideia, a conquista de sua existência na realidade (HUMBOLDT, 1821)¹. Ele também aproxima o historiador do artista, ressaltando que o seu ofício não é passivo, reproduzidor, mas um ofício criativo. Para Humboldt:

Mal se obtém o esqueleto do dado através da crua triagem do que realmente aconteceu. O que se adquire por essa triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história. [...] De um modo diverso ao do poeta, mas ainda assim mantendo semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos (HUMBOLDT, 1821).

Outro importante representante do historicismo alemão é Johan Gustav Droysen (1808-1884), que buscava a história ciência por uma teoria da história. Em um texto de 1868, *Arte e Método*¹, Droysen indica o debate sobre uma história retórica que era mais “palatável” e acessível que a história erudita, metódica. Ele reconhece que há uma literatura histórica com qualidade retórica também na Alemanha, mas o que quer é a “questão metodológica”, e se pergunta como pode ser a história ciência e arte. Para

Droysen a História tem a ambígua felicidade de também dever ser arte (DROYSEN, 1868). Só que nas artes o que é criado se torna uma totalidade e o espectador ou ouvinte vão receber apenas o que se quis expressar pelas artes. Na “nossa ciência”, como afirma, a Escola Crítica (que entre seus representantes estaria Berthold Georg Niebuhr), deu um grande mérito que foi o da comprovação das fontes. Assim a relação com o passado da História foi alicerçada sobre um ponto cientificamente basilar (DROYSEN, 1868). O que nos é apresentado são resquícios, vestígios dos passados, não eles todos.

Em relação ao método da pesquisa histórica outra importante contribuição do historicismo pode ser pensada com a *Metodologia da Ciência Histórica*¹ de Ernst Benheim (1850-1942). O texto de 1908 trata da necessária reflexão sobre o método para o estudo científico. Podemos ressaltar que no momento de cientificação da história, uma das armas utilizadas contra o ceticismo que se opôs a essa, foi justamente o tratamento metódico das fontes. Como coloca Ernst Benheim:

Todas essas observações [que desacreditam a pesquisa crítica] são completamente corretas e valiosas, mas, em todo caso, não são suficientes para que tenhamos de adotar um ceticismo desanimado. Elas somente nos chamam a atenção para que tratemos metodicamente as nossas fontes de acordo com o seu caráter, aplicando-lhes medidas de controle e precaução de modo que possamos identificar os acontecimentos factuais, a despeito da opacidade das fontes (BENHEIM, 1908).

Dentro da discussão do nosso texto talvez pudéssemos iniciar uma reflexão sobre o momento narrativista, e sua questão autorreferencial com seus desdobramentos estéticos, para chamarmos a atenção para a necessidade de um método contra o textualismo absoluto. Queremos desenvolver ainda essa reflexão. Por agora fiquemos com a questão de uma ausência de teoria da história, que aquela questão do afastamento da filosofia da história pelo historicismo pode ter contribuído. A visão de que o historicismo não teorizava pode ser combatida com a concepção de *Historik* de Droysen, ainda naquele texto de 1868, onde deixa clara a tarefa da teoria da história, que é determinar as leis da pesquisa histórica, e não as leis da história (DROYSEN, 1868). O que nos ajuda a pensar que a pesquisa histórica está embutida de teoria. A separação entre ambas é inadequada.

Essas concepções de método, aliada aos “arquivos abertos” e a profissionalização da história vão resultar na produção de grandes obras, criação de revistas históricas, enfim, num grande número de narrativas históricas no século XIX.

Outro fator, talvez externo, que contribua para tal, é a consolidação dos Estados Nacionais europeus. Na Alemanha, por exemplo, temos o envolvimento de historiadores em campanhas e movimentos da unificação. Essas questões contribuíram para o chamado “século da História”, não significando harmonia entre as escolas históricas nas concepções de método, acontecimento e até ciência.

O historicismo pode ser pensado como uma filosofia da pesquisa histórica, que contribuiu para a profissionalização da disciplina. O que não significa que essa forma de conceber a história foi totalmente aceita. No século XX o contínuo desenvolvimento das pesquisas levou grupos a refutarem esse paradigma, inclusive como não sendo científico e dono de um “realismo ingênuo”. Um dos principais foi o grupo francês dos Annales. Em torno da discussão sobre os textos e os fatos.

Com a história econômica e social, da longa duração, pautada em estruturas e nas mentalidades, suas teses se levantam contra a história narrativa, considerada como história dos acontecimentos políticos. Porém autores como Antoine Prost demonstraram posteriormente que mesmo na elaboração do tempo sincrônico, dos “quadros” de uma determinada sociedade ou de um grupo em um determinado momento, a narrativa precede a estrutura ao explicar como se processou a instalação dos principais elementos da estrutura, ou até mesmo uma mudança que dá termino àquela duração. A explicação causal da narrativa faz apelo a regularidades que dependem de estruturas, ao passo que a descrição das estruturas recorre a personalizações que as transformam em atores de narrativas de um outro tipo; as duas categorias distinguem-se sem se excluírem (PROST, 2008, p. 216).

O que contribuirá nas discussões sobre a narrativa. Como afirma Luiz Costa Lima, o interesse pelo problema da narrativa na história corre *pari passu* ao questionamento de sua afirmada cientificidade (LIMA, 1989, p.16). E como o próprio autor relata o oposto da narrativa não é a lei, logo “não se pode dizer que a narrativa é secundária às ciências exatas”, e é plausível tratar da narrativa na cientificidade da história.

O Narrativismo

Ao contrário dos franceses os narrativistas norte-americanos encararam a narrativa não como um obstáculo, mas como substituto à cientificidade da história (RICOEUR, 2007, p. 253). Podemos dizer que o narrativismo nasce em oposição a filosofia analítica que queria impor à história as “leis gerais” das ciências naturais¹ que propunham uma unidade científica. Como afirma Paul Ricoeur os narrativistas buscam o caráter configurante da narrativa e não apenas o episódico como os historiadores dos *Annales*. O que se tinha tornado secundário na ciência da história, a formatação historiográfica, em detrimento da pesquisa (RÜSEN, 2007, p. 22), torna o centro das reflexões do pensamento histórico.

Dentro do paradigma narrativista podemos nos referir a dois autores centrais, F. R. Ankersmit e Hayden White. Sobre o primeiro queremos destacar um debate do final do século XX que relembra questões do século anterior e a nossa reflexão sobre a representação do passado. O segundo será abordado por sua análise da consciência histórica através da linguagem.

O referido debate que envolve Ankersmit se inicia com a publicação sua do artigo *Historiografia e Pós-Modernismo*, na revista *History and Theory*, em 1989¹. O seu interlocutor é o norte-americano Perez Zagorin. Ankersmit alega que a superprodução de literatura histórica, capaz de causar um alcoolismo intelectual, teria roubado o passado e o texto (naquele caso o de Thomas Hobbes). A interpretação se daria ao nível dos textos. Onde Ankersmit chamará atenção para o “contexto intensificado”, da filosofia analítica. Uma alegação como “João acredita que x”, que possui um contexto intensificado, x nunca poderá ser substituído por outra alegação (ANKERSMIT, 2001, p. 122). E a forma exata dessa alegação é um dos pré-requisitos para a verdade desta alegação. A frase atrai atenção sobre si mesma. A forma da alegação aqui é tão importante quanto o conteúdo (ANKERSMIT, 2001, p. 123). O autor então remeterá a Arthur Danto que aproxima essa questão do contexto intensificado da literatura. Assim ele conclui esta reflexão:

Por esta natureza intensificada, o texto literário possui uma certa opacidade, a capacidade de atrair atenção para si, em vez de atrair atenção para uma realidade fictícia ou histórica por trás do texto. Essa é uma característica que o texto literário tem em comum com a historiografia; pois a natureza do olhar sobre o passado apresentado em um texto de história é definida com exatidão pela linguagem usada pelo historiador em sua obra. Por causa da relação entre o olhar historiográfico e a linguagem usada pelo historiador para expressar este olhar – uma relação que nunca entrecruza o campo do passado

– a historiografia possui a mesma opacidade e dimensão intensificada que a arte (ANKERSMIT, 2001, p. 123).

Outra passagem interessante é quando Ankersmit compara a interpretação do modernista e do pós-modernista. Cito:

O historiador modernista seguia uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás destas fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado; pois é para tanto que de fato usamos essas evidências (ANKERSMIT, 2001, p. 124).

Como na imagem que Ankersmit elabora, se ambos trabalhassem as evidências como azulejos, o modernista levantaria para ver o que está por baixo e o pós-modernista pisaria sobre o azulejo para chegar a outros azulejos.

Perez Zagorin ataca o pós-modernismo de Ankersmit como modismo, estabelecendo as influências dos princípios narrativistas de Hayden White, distorcendo, os dois, a escrita e a pesquisa históricas. Enfatiza o afastamento do passado, das evidências. Entende o pós-modernismo como a renúncia à tarefa da explicação e ao princípio da causalidade, renúncia a verdade em detrimento do reconhecimento da historiografia como atividade estética, onde o estilo é mais importante (ZAGORIN, 2001, p. 140). Em referência a teóricos literários ele vê a literatura como linguagem e expressão em primeiro lugar, o que em contrapartida, não pode ser na historiografia. A linguagem não pode chamar a atenção para si mesma. Tornaria inviável o que faz o historiador, que para Zagorin seria transmitir da forma mais clara, ampla e sensível a compreensão ou o entendimento de algo do passado (ZAGORIN, 2001, p. 147).

O autor refuta o “contexto intensificado” alegando a capacidade de parafrasear uma obra histórica, com um resumo ou resenha, sem alterar sua substância ou significado. Podemos encerrar seu ponto de vista assim:

Diferentemente da obra literária, a obra histórica não contém um mundo imaginário ou inventado. Ela se apresenta como consistindo, em sua maior parte, de fatos e de colocações verdadeiras ou prováveis sobre o passado. Muitas de suas frases são proposições ligadas a condições de verdade. Se isso não fosse verdadeiro, o leitor não teria qualquer interesse na obra. O significado característico que a história se atribui é, portanto, totalmente dependente de sua alegação de veracidade (ZAGORIN, 2001, p. 148).

A réplica de Ankersmit é forte, em favor do pós-modernismo. Sustenta que a filosofia da história não possui autonomia, esta sempre em aliança com outra disciplina, exceto o historicismo alemão do final do século XIX e início do XX. Ankersmit

inclusive sugere o pós-modernismo como a versão nominalista do historicismo (ANKERSMIT, 2001, p. 171-172). Ele dá ênfase ao texto histórico como resultado da política do enunciado. O historiador seleciona os enunciados que formarão uma determinada imagem do passado. É dessas imagens que Ankersmit se refere ao utilizar suas “substâncias narrativas”. A interpretação se dá pela análise do texto como resultado da política de enunciados. Para Ankersmit o que faz o historiador é construir um objeto linguístico, a substância narrativa, nos termos pelos quais ele espera que entendamos o passado... (ANKERSMIT, 2001, p. 170).

O debate aqui resumido – embora contenha outras questões afins do nosso texto, que não foram abordadas, devido o meu conhecimento ainda tímido e o espaço do nosso trabalho – demonstra um pouco o nosso esforço de reflexão sobre os dois paradigmas, também chamados modernista e pós-modernista. Ao aproximar ou não a história do ideal de cientificidade, as reflexões chegaram a forma narrativa e a sua identificação com o discurso literário. Nessa perspectiva um dos principais representantes do narrativismo é Hayden White.

Para Paul Ricoeur, Hayden White contribui para a retórica da representação histórica com a poética da imaginação histórica, apreendida na análise das estruturas do discurso (RICOEUR, 2007, p. 263). É onde se aproximam as narrativas históricas e de ficção, pois se tratam de “ficções verbais”. Como se trata de “estruturas do discurso”, a imaginação é da linguagem.

Hayden White está claramente influenciado pelas reflexões da teoria literária. A relação entre o discurso narrativo e a representação histórica se torna problemática porque o discurso narrativo não é neutro, podendo haver escolhas ontológicas, epistêmicas e até questões ideológicas e políticas. Por isso ele desenvolve sua poética do historiador, que é a ideia da prefiguração prévia do campo histórico como um domínio no qual é possível aplicar as teorias específicas que utilizará para explicar “o que estava realmente acontecendo” nele (WHITE, 1995, p. 12). Deste ponto é que surgirá o que Hayden White entende pelos quatro modos principais da consciência histórica: a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. Sobre a prefiguração prévia ainda, escreve White:

Antes que o historiador possa aplicar aos dados do campo histórico o aparato conceptual que usará para representá-lo e explicá-lo, cabe-lhe primeiro *prefigurar* o campo, isto é, constituí-lo como objeto de percepção mental. Esse ato poético é indistinguível do ato linguístico... [...] Em suma, o

problema do historiador é construir um protocolo linguístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo, e os elementos nele contidos, *nos seus próprios termos* (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa. [...] No ato poético que precede a análise formal do campo o historiador cria seu objeto de análise e também predetermina a modalidade das estratégias conceptuais de que se valerá para explicá-lo (WHITE, 1995, p. 44-45).

O que quase se assemelha a poética de Humboldt, referenciada acima. Apesar da diferença entre os dois momentos paradigmáticos. Tendo analisado alguns elementos das formas de conceber o trabalho histórico que resultaram na discussão da história narrativa, vamos voltar a Paul Ricoeur, e no seu conceito de representância, e pensar nos problemas da representação historiadora. Depois desses dois momentos como fica a pretensão de representação do passado da história?

Conclusão

O nosso objetivo era colaborar para o debate da operação historiográfica envolvendo a interpretação em todas as fases do trabalho de “fabricação do historiador”, desde a pesquisa a escrita. Assim queremos privilegiar uma história que articule pesquisa histórica e narrativa histórica. A explicação dos dois paradigmas serviu para perceber quando a história se aproxima de seu ideal de ciência, com um método autônomo, e quanto se aproxima da arte, se tornando um “artefato verbal”. Percebemos que o referencial do texto histórico foi deslocado do “seu passado de pesquisa”, de sua “realidade factual”, no historicismo, para o próprio texto em si. Na articulação da pesquisa com a narrativa, pretendemos lidar com a história ciência¹. Por isso algumas críticas aos narrativistas serão agora abordadas, para pensarmos também no conceito de *representância*.

Como reflete Roger Chartier, no final de sua análise do trabalho de Hayden White, a história da história teria que compreender como, em cada configuração histórica dada, os historiadores colocam em ação técnicas de pesquisa e procedimentos críticos que justamente dão a seus discursos, de maneira desigual, uma ‘honestidade’ e uma objetividade (CHARTIER, 2002, p. 116). A honestidade e objetividade reclamadas dizem respeito a pretensões de um texto de história que nesse momento (o de Hayden

White) correria o risco de perder sua importância e o seu espaço, devido à abordagem semiológica.

Outra crítica aparece no texto de David Carr, sobre a explicação narrativa e suas querelas. O autor considera Hayden White vinculado aos estruturalistas, percebendo as estruturas narrativas na história impostas sobre o passado por questões de domínio e poder. E tanto White como Paul Ricoeur teriam privilegiado o caráter estético e não explicativo da forma narrativa. A narrativa é pensada como se surgisse de uma realidade mental ou cultural que não tem raízes ou conexões além de si mesma (CARR, 2008, p. 29). Em contrapartida, para David Carr na narração há regras que estão fora, nas ações mesmas. Da proximidade da estrutura da ação humana e da narrativa é que podemos dizer que explicamos uma ação contando uma estória sobre (CARR, 2008, p. 29).

Outra crítica foi abordada por Chris Lorenz, que vê Hayden White e Ankersmit indicarem as narrativas como uma estrutura metafórica e, portanto sem valor real (*no truth-value*). O historiador cria metáforas descritivas que são a explicação de um fenômeno. Para Lorenz essas pretensões são difíceis de conciliar com as características factuais dos debates dos historiadores; esse problema pode ser trilhado com a ausência no narrativismo metafórico de uma conexão conceitual entre narrativa histórica e pesquisa histórica (LORENZ, 1998, p. 1).

Dentro desta perspectiva o narrativismo de Jörn Rüsen pode contribuir para o debate. Rüsen é considerado narrativista não no sentido de desenvolver uma teoria da escrita histórica que a aproxima da arte, mas que considera a narrativa histórica o principal elemento da consciência histórica, entendendo aí não apenas o conhecimento histórico científico¹. A narrativa é entendida como a categoria de constituição de sentido. Dentro de sua matriz disciplinar é ela que responde as carências de orientação suscitadas pela experiência. Rüsen também considera necessária a articulação entre pesquisa e historiografia, embora sejam campos diferentes. A remissão da historiografia à pesquisa não pode faltar, pois é com ela que a historiografia se articula para corresponder à pretensão de validade do saber histórico (RÜSEN, 2007, p. 20). Tal remissão se dá pelo quadro de *tipologia da historiografia* de Jörn Rüsen. Essas formas de constituição de sentido que demonstram a racionalidade histórica oriunda da pesquisa (RÜSEN, 2007, p. 21). As formas são a constituição tradicional de sentido, como na formação de identidade; a constituição exemplar de sentido, a História é

magistra vitae, sendo o passado julgado; a constituição crítica de sentido, onde uma determinada vertente provoca uma ruptura, a exemplo da história das mulheres; e a constituição genética de sentido, onde ressalta-se a mudança, como na idéia de progresso.

Quando da análise dos recursos de sua terceira fase, a representação historiadora, Paul Ricoeur considera que ela acaba por denegar o seu referente, o passado. Ele mostra isso com a análise dos três elementos da representação. Quando o historiador torna ao público sua representação tem na via da *narração* a configuração de uma intriga fechada, se opondo a uma referência externa. No elemento *retórico* da representação, continuando a influência da teoria literária, os tropos da *Metahistória* de Hayden White são o melhor exemplo. Ainda na representação, *os prestígios da imagem* continuam influentes, na medida em que a reprovação, como a “inaceitável solução final”, pode ser correspondida ao elogio absoluto dos súditos ao rei no Antigo Regime (RICOEUR, 2007, p. 288). O desenvolvimento desses três elementos da representação literária de Ricoeur serve para indicar o problema da representância, a tentativa de dar um “cara-a-cara”¹, entre o leitor e a realidade passada.

A representação historiadora é importante, pois é nesse momento que o historiador garantiria sua intenção. Mas nosso problema começa quando Paul Ricoeur anuncia que, todavia, a intenção historiadora, nessa fase de representação literária não consegue dar conta do pacto estabelecido com o leitor, devido a um crescimento no mesmo ritmo da pulsão realista, da resistência que a forma literária opõe à exteriorização no extratextual (RICOEUR, 2007, p. 290). O problema da terceira fase para Ricoeur é que suas formas literárias acabam por criar uma intriga que não atende a expectativa do pacto com o leitor, que serve para demarcar uma das principais diferenças entre uma narrativa histórica e uma narrativa de ficção, que é a representância. Ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos (RICOEUR, 2007, p. 289).

Em sua reflexão sobre essa viabilidade da representação do passado pela história, Paul Ricoeur, não descartou as “técnicas de pesquisa” e os “procedimentos críticos”. A representação historiadora sozinha não conseguiria cumprir a intenção do historiador e satisfazer a expectativa e a promessa daquele pacto. Somente as três fases

do trabalho histórico juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão à verdade do discurso histórico (RICOEUR, 2007, p. 292). Além da articulação da história com a memória. Inclusive, frente a lembrança com prioridade ao que é lembrado (ANKERSMIT, 2001, p. 131), podemos indicar como o faz Paul Ricoeur a força do testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado (RICOEUR, 2007, p. 293). Assim Paul Ricoeur resolve a questão da representância.

Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, apesar de proporem reflexões diferentes, originárias de tradições diferentes, indicam um não abandono do passado, pois buscam os rastros, os vestígios, as memórias e claro a história feita no presente como reconstrução. Podendo suas idéias ser articuladas para pensar como a matriz disciplinar historicista incorpora elementos da virada lingüística. Nesse sentido a articulação entre pesquisa e narrativa históricas, que aparece em ambos.

A reflexão sobre o historicismo entendido como movimento que colaborou para a interpretação no nível da pesquisa oferece alguns elementos para os procedimentos e a crítica do trabalho histórico. Se pegarmos alguns elementos do método do trabalho histórico que são ainda atuais, como em Droysen e Humboldt, assim como a reflexão de Rüsen, perceberemos que embora seja um “discurso em litígio”¹ e as reflexões da teoria literária e do discurso tenham sido enriquecedoras, a história ainda possui compromissos com a verdade e a orientação, como na formação de identidade e a educação.

Referências bibliográficas

ANKERSMIT, F. R. “Historiografia e pós-modernismo”; em *Topoi: Revista de História Social da UFRJ/ 7Letras*, 2001, v. 2 p. 114-135.

_____. “Resposta a Zagorin”, em *Topoi: Revista de História Social da UFRJ/ 7Letras*, 2001, v. 2 p. 153-173.

ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen. Uma introdução*. Goiânia: UFG, 2010.

CARR, David. “Narrative explanation and its malcontents”, em *History and Theory* 47 (2008) 19-30.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao regaste do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FALCON, Francisco José C. “Historicismo: antigas e novas questões.”, em *História Revista*, Goiânia, v. 7, n. 1/2. p. 23-54, 2002.

JENKIS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudo sobre a narrativa*. Rio de Janeiro, Rocco, 1989.

LORENZ, Chris. “Can histories be true? Narrativism, positivism, and the ‘metaphorical turn’”, em *History and Theory* 37/3 (1998) 309-329.

MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Estevão de Resende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____ “Historicismo: tese, legado, fragilidade”, em *História Revista*, Goiânia, v. 7, n. 1/2. p. 1-22, 2002.

MATA, Sérgio da. “Elogio do historicismo”, em *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Organização Valdeci Lopes de Araujo [et. al.]. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MEINECKE, F. *El historicismo y su gênesis*. México: FCE, 1982.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Editora autêntica, 2008.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. *História Viva*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1995.

ZAGORIN, Perez. “Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações”, em *Topoi: Revista de História Social da UFRJ/ 7 Letras*, 2001, v. 2 p. 137-152.